



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A POLÍTICA ECONÔMICA DE VARGAS E DO SPI SOBRE O POSTO INDÍGENA DE NÍSIA BRASILEIRA**

Maria Luísa Soares Marcolino  
Graduanda em História/UFPB  
mmallu-10@hotmail.com

Cláudia Cristina do Lago Borges  
Prof. Dept. de História/UFPB  
claudialago.rn@gmail.com

### **Introdução**

Na corrida pelo progresso econômico do país, a política varguista se propunha a desbravar todo o território nacional, abrindo assim novos campos de atuação de extração natural e de recursos que pudessem transformar o Brasil. Porém, em muitos desses territórios, contava-se ainda com a presença de povos indígenas, alguns já habituados com a convivência do homem branco, mas outros ainda se mantinham longe do contato com os “civilizados”.

Mas, desbravar as terras do Brasil não significava simplesmente abranger as áreas de produção. Neste projeto agregava-se a ideia de inserir o índio no contexto nacionalista, onde o Serviço de Proteção ao Índio terá um papel crucial. Desde a sua fundação em 1910, que o SPI se propunha a adentrar o território brasileiro para conhecer e mapear os povos indígenas, e promover a integração desses povos a uma sociedade civilizada, apesar de seu regimento ditar que a cultura e os costumes seriam respeitados: “O problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à questão da colonização, pois se trata do ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo. Para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

as populações civilizadas que se dedicam as atividades agrícolas” (Ministério da Guerra, 13 de novembro de 1939, Inspeção Regional 2, documento nº 85).

Durante o período Vargas, entre os anos de 1941 a 1945, o SPI atuará como propulsor da política expansionista, porém, a ideia de tutela não representava exclusivamente a condição de dependência, mas de controle, isto é, as populações indígenas sob a administração do órgão estariam a ele submetidas nas suas ordens de demarcação e defesa territorial, assistências na área de saúde e educação, entre outros, mas deveriam disponibilizar de recursos próprios para seu sustento e para o auxílio da nação, tal como afirmou o SPI “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível” (GARFIELD, 2000, p. 18).

O Decreto n. 736/1936 do SPI estabeleceu que os índios deveriam receber salários condizentes com suas necessidades, pagos pelo órgão, além de receberem doações em favor de serviços prestados para criar e estimular “hábitos de trabalho, ou de paz e concórdia; já como meio de estabelecer e desenvolver relações de comércio”. Para isso, introduziram junto aos indígenas a orientação sobre as práticas da lavoura e da pecuária, “nos moldes e no grão mais intensivo e mais técnico a que os índios possam atingir”. Em outras palavras, a estratégia era tornar o índio um indivíduo produtivo para a nação. Essa lógica permanecerá durante todo o período de atuação do órgão, sendo claramente estabelecida durante o período Vargas, através dos Decretos 1.736, de 1939; 10.652 de 1942 e 17.684 de 1945.

Os ditames regimentais estabelecidos pela política Vargas sobre o SPI terão reflexos imediatos no Posto Indígena de Nísia Brasileira, da Baía da Traição. Vinculado a 4ª Inspeção Regional, o PI dependia dos repasses que o órgão central fazia para as suas devidas instâncias, e assim poder garantir as necessidades básicas para manutenção do posto e o cumprimento dos atendimentos assistencialista, especialmente nas áreas de educação e saúde.

Diante do exposto sobre a atuação do SPI na Paraíba, o presente trabalho é uma amostragem parcial do Projeto PIBIC - Os potiguara da Paraíba sob a tutela do SPI,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

vinculado ao grupo de Pesquisa Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba (UFPB) e tem por objetivo principal analisar os investimentos econômico, no supracitado posto, durante os anos de 1941-1945.

#### **A dinâmica econômica do PI Nísia Brasileira**

Pelas normas do próprio SPI e da política do governo, os postos indígenas deveriam adotar meios de sustentação, fosse através do plantio, da extração de bens naturais, ou com a criação de animais. Assim, para atender a esta necessidade, o PI potiguara passou a adotar várias práticas alternativas de sustento, em especial o de plantio de coco, bem como o atendimento em outras áreas econômicas.

Informações sobre os repasses financeiros, a geração de renda própria, do comércio e de produtos provenientes do trabalho feito pelos potiguaras da Baía da Traição e de todos os recursos econômicos gerados por parte dos indígenas estão registrados no acervo documental do Arquivo do Museu do Índio do Rio de Janeiro (em específico, os trabalhos nesse presente artigo são referentes à Caixa 167). Tinha-se uma gama de documentos como: folhas de pagamento, faturas, inventários, recibos de compra, prestação de serviço e venda; esses foram fundamentais para um melhor entendimento de como ocorreu o desenvolvimento econômico e como era traçado o perfil dos rendimentos, gastos e repasses financeiros recebidos pelo Posto de Nísia Brasileira.

Considerando o extenso volume documental referente ao Posto Indígena na Baía da Traição, fez necessário entender, entre outros pontos, a questão econômica que envolve o SPI e o Posto Nísia Brasileira, e trazer respostas sobre o grau de influência do Estado sobre as práticas tradicionais potiguara quanto aos meios de sobrevivência e os impactos causados entre a população.

Como todas as áreas de atuação do órgão perpassavam pela instância econômica, em que o cumprimento das ações assistencialistas, do funcionamento dos Postos e o pagamento de funcionários e prestadores de serviços dependiam do orçamento que o





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Estado Nacional destinava ao SPI e esse repassava as demais instâncias, a análise destes documentos, referente aos anos de 1941 a 1945, está nos permitindo traçar um mapeamento orçamentário do PI Nísia Brasileira, nos dando assim uma dimensão das condições financeiras do posto.

#### **Análise do desenvolvimento econômico do PI Nísia Brasileira (1941-1944)**

Ao longo da documentação estiveram perceptíveis as exacerbadas mudanças ao curso dos anos. Em 1941, foi gasto de acordo com a documentação de junho a dezembro do ano em análise, o valor de 28:956\$000 (Vinte e nove mil novecentos e cinquenta e seis contos de réis). Essa quantia foi investida no início da construção da Enfermaria para atendimento local, casas para índios, pagamentos de prestação de serviço, animais e mudas, voltados para Aldeia "São Francisco" e posto "Nísia Brasileira" ambos sobre o controle do encarregado local Vicente Ferreira Vianna. Além de que, o plantio de mudas foi uma das formas iniciais de sustento e através da mesma foram gerados salários para os índios que ali prestavam serviços.

Todas as taxas atribuídas aos supracitados serviços são pautadas na Lei N° 183 do decreto de 13 de janeiro de 1936, que correspondem às quantias percentuais, que cada funcionário ligado ao governo ou que preste serviço para o mesmo deve receber. Ademais, neste decreto expõe o recebimento de 6% (entre 90:000\$000 e 100:000\$000) de verba vinda do governo para o Ministério da Guerra, o qual a SPI fez parte entre os anos 1934-1939.

De acordo com o Decreto-Lei N° 3.071 de 21 de fevereiro de 1941, foram recebidos do orçamento geral da União o valor de 3.500:000\$0 (três mil e quinhentos contos de réis) para o Ministério da Agricultura, porém, dada quantia não foi repassada para o SPI, que neste período fez parte do citado ministério, que teve Fernando de Sousa Costa em seu comando de 13/11/1937 a 03/06/1941 e Carlos de Souza Duarte a partir de 04/06/1941.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

É de importante ressalva que, em 1942, não se foi encontrado um valor específico de repasse do SPI para cada Inspetoria Regional. No entanto, no decorrente ano os custos com o PI subiram 56,5% em relação ao ano anterior, fechando o ano com gastos de Cr\$ 45.652,70 (Quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reis e setenta cruzeiros), porém, deve-se levar em conta o fato que durante o mês de novembro do ano citado, ocorreu à mudança da moeda nacional de Réis para Cruzeiro, gerando assim, uma relevante diferença no fechamento econômica de 1942. Além disso, foi nesse ano o término da construção da enfermaria; mais a construção de novas estradas nas terras potiguaras.

Após a troca da moeda, em 1943, já é notável um menor aumento dos gastos se comparado a 1942, chegando a apenas 12% a mais que ele, resultando em Cr\$ 51.450,00 (Cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros) gastos, tendo seus principais investimentos na escola Alípio Bandeira (restauração e compra de materiais escolares), situada na aldeia São Francisco, além da inserção de enfermeiros na folha de pagamento do PI como contratados.

Mas, ao passar do tempo, além do plantio de mudas, a compra e vendas de animais veio ganhando destaque desde o final de 1941 e teve seu ápice em fins de 1943, se tornando um dos fatores agregadores da economia local, principalmente de auto sustentação. Já em 1944, se foi feito dois inventários referentes aos “Material dos bens móveis e semoventes contidos no Posto Indígena Nísia Brasileira”, ou seja, tudo que foi comprado entre os anos 1941 e 1944 estava catalogado nesses dois inventários, somando cada um respectivamente Cr\$ 45.457,30 (Cruzeiro) e Cr\$ 45.373,00 (Cruzeiro).

Ademais, o ano de 1944, teve 22,5% mais gastos que o anterior. Entretanto, a contratação e pagamento de enfermeiros e prestadores de serviço, se estenderam da Aldeia São Francisco para também São Miguel; além da construção de casas para índios e a restauração de 8 km de estrada no sentido da São Francisco. Portanto, ele fechou seus gastos com Cr\$ 63.100,50 (Sessenta e três mil e cem cruzeiros).

Segundo o Decreto-Lei N°6.077, de 9 de dezembro de 1943, o Ministério da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Agricultura - o qual esteve sob o comando de João Maurício de Almeida de 1942, até fins de 1944 - recebeu um crédito de Cr\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos cruzeiros), mas, assim como já citado, não se tem referências de repasses de parte dessa quantia para o SPI, em consequência disso, não se sabe o valor X que cada IR recebia do governo.

### **Principais Resultados**

Diante do levantamento documental e tendo em vista que a pesquisa sobre dado assunto, não se encontra finalizada, foi possível perceber que no decorrer de 1941 até 1944, o P.I Nísia Brasileira (correspondente a áreas de Mamanguape e Baía da Traição) teve um constante crescimento tanto econômico, quanto estrutural principalmente ao que se refere à Aldeia São Francisco. Além disso, houve um considerável desenvolvimento tanto da saúde como da educação local; em relação à primeira, antes da construção da Enfermaria local, os índios eram trazidos à cidade quando doentes e agora, tinham uma considerável assistência, tanto no recebimento de remédios como no atendimento médico.

A partir do surgimento de armazéns nos limites do PI, as relações com o comércio da capital paraibana cresceram, já que era esse que lhes forneciam suprimentos industriais, em vista que os naturais eram produzidos pelos próprios potiguaras.

Quando comparados os gastos do PI de 1941 e de 1944, se encontra um crescimento de 117%, ou seja, uma exacerbada diferença, entretanto, foi em meio a esses repasses orçamentários, que as políticas econômicas varguistas em conjunto com o SPI, alcançaram seu objetivo de que um PI se alto sustenta-se, além de causar um impacto na população local, inserindo os índios que ali viviam em uma nova dinâmica laboral.

### **Referências**





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

DECRETO Nº8.072, de 20 de junho de 1910.

DECRETO Nº183 de 13 de janeiro de 1936.

DECRETO Nº736, de 06 de abril de 1936.

DECRETO Nº1.736 de novembro de 1939.

DECRETO Nº3.105 de 12 de março de 1941.

DECRETO Nº3.071 de 21 de fevereiro de 1941.

DECRETO Nº10.652, de 16 de outubro de 1942.

DECRETO Nº6.077 de 9 de dezembro de 1943.

DECRETO Nº17.684, de 24 de janeiro de 1945.

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. **Acervo documental**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/component/content/article/11-institucional/427-o-museu-do-indio-e-seus-arquivos>.

GAMBINI, Roberto. **Espelho índio. A formação da alma brasileira**. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

GARFIELD, Seth. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000.

JOFFILY, Ireneo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

LIMA, A. C S. **Um Grande Cerco da Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PALITOT, E. M. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór**: história, etnicidade e cultura. 2005. 219 f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa: 2005, p. 43-44.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. (Retratos do Brasil).

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. **Revista de História**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 73-96, mar. 1959. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107270/105782>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

